



ST4. A TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCRITA E NO ENSINO DE HISTÓRIA AVANÇOS E RETROCESSOS

228

UMA BREVE ANÁLISE DO “LUGAR” DA PRÉ-HISTÓRIA E DOS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS

Cláudia Cristina do Lago Borges¹
Maria Cláudia de Almeida Rocha²
Eliakin Ramos Moura da Silva³

INTRODUÇÃO

Lidar com o estudo dos temas antigos não é tarefa das mais fáceis. A dificuldade se funda nas poucas fontes disponíveis sobre esses povos e civilizações antigas. Outro fator que contribui para isso é a constante mudança das informações, renovadas pelas diversas pesquisas, muitas vezes divulgadas apenas nos restritos meios acadêmicos. As descobertas que são feitas nessa área acabam confrontando teorias anteriormente propagadas, contribuindo para que os estudos de antigas populações se tornem “movediços”.

Para o ensino de História, um fator que torna dificultoso o estudo em torno do tema é a permanência de visões cristalizadas. A exemplo disso, a pré-história e a história dos povos indígenas são vistos como algo linear, com um início, um meio e um fim, que cumpriram o seu “ciclo natural” no curso da história. Sendo cada um tratado como único em seu próprio tempo, o discurso faz parecer que, após a chegada e expansão dos ameríndios em torno de 50 mil anos, um evento natural não explicado tenha promovido o seu desaparecimento, e só então ressurgidos povos na terra braslis com a chegada dos europeus.

A questão que levantamos neste trabalho é a disparidade histórica, temporal e cultural com que esses grupos humanos são mostrados tanto nos livros didáticos quanto nas salas de aula, e de tal forma que parece estarmos tratando de povos que chegaram às Américas milhares de anos, depois desapareceram, e, instantaneamente, reapareceram na mesma época da chegada dos europeus no século XVI.

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: claudialago.ri@gmail.com.

² Graduanda do curso de licenciatura em História pela UFPB. E-mail: claudia_historiaufpb@live.com

³ Graduando do curso de licenciatura em História pela UFPB. E-mail: eliakin.ramos@hotmail.com.br.

De acordo com as diversas pesquisas desenvolvidas nos últimos anos pela arqueologia, antropologia e genética, as populações ameríndias só distam das populações indígenas do período colonial pelo fator temporal. Tal afirmação é corroborada por Marília Alvim, em que

A distância genética entre as populações pré-históricas e as contemporâneas é inferior a qualquer distância intergrupala, ratificando a existência de um mesmo sistema populacional indígena brasileiro que persiste há, pelo menos, 10.000 anos. (ALVIM, 1995/1996, p. 12)

Tomando como base tal afirmação, voltamos nossos olhares para os livros didáticos, analisando tanto a parte textual quanto iconográfica, e observamos a relação entre o conteúdo, imagens, sugestões de leituras, atividades de discussão e fixação, e associando-os a linguagem utilizada pelo autor frente ao público a que o livro é destinado.

Ao analisar todos esses elementos, ainda assim faltavam subsídios que respaldassem as generalizações demonstradas pelos alunos ingressantes na graduação, e até mesmo a total falta de conhecimento sobre tal temática. Percebeu-se então que o outro ponto recaía sobre o professor, ou melhor, sobre a sua formação.

Assim, mediante pesquisas feitas em torno dos currículos escolares e acadêmicos, como também dos próprios livros didáticos, a proposta aqui é apontar o “lugar” que é dado à pré-história e a história dos povos indígenas no ensino básico. Do mesmo modo, procuramos ampliar o debate que é dado em torno da questão do ensino de história indígena, tendo em vista as exigências da Lei 11.645.

De forma mais clara, o nosso objetivo é ampliar o debate em torno do livro didático como uma ferramenta no processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, sedimentar os estudos em torno da pré-história e a história dos povos indígenas nesse material de ensino, avaliando ainda de que forma a formação docente nos cursos de história pode influenciar de forma positiva ou negativa nesse processo de aprendizagem.

Há vários motivos que nos direcionam nesse rumo. Primeiramente, procuramos trazer à tona o conhecimento em torno da Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que estipula a obrigatoriedade do ensino de história indígena e da cultura indígena nos currículos de ensino, por reconhecer a sua contribuição para a formação do Estado e da cultura brasileira. Mesmo tendo completado seis anos, quase não há indícios sobre a sua aplicação nos conteúdos escolares.

Outro motivo que nos move a indagar sobre o “lugar” da pré-história e da história indígena nos livros didáticos se refere ao discurso que é feito, ou, pelo menos, é apresentado, em torno desses dois eventos históricos: uma visão romanceada, geralmente retratando-os de forma unilateral e linear.

Pensar o livro didático implica atentar para a complexidade e diversidade das sociedades e de seus agentes históricos, uma vez que as mudanças continuam, e continuarão, ocorrendo nas sociedades. Assim, tendo como esteio essas considerações, os conteúdos de pré-história e história indígena nos livros didáticos, na relação aluno-

professor e na metodologia aplicada em torno dessa ferramenta de ensino nos são indispensáveis para sedimentação e proposição de novos olhares.

PENSANDO O LIVRO DIDÁTICO

Para o professor do ensino básico, bem como para o aluno, o livro didático continua sendo uma das ferramentas mais utilizadas no processo de ensino de História. Assim como Flávio Berutti e Adhemar Marques, considera-se o livro “como um recurso didático que oferece condições ao professor de concretizar os objetivos educacionais propostos” (BERUTTI, 2009).

No entanto, vê-lo – e tê-lo – sempre como único suporte para aplicação do conhecimento histórico é confiar numa única fonte, uma vez que o livro didático não está, em si, concluso. Não obstante, várias são as arestas que existem nas estruturas de fixação de seu saber e de seu conteúdo, especialmente porque na relação entre a parte textual e os espaços para discussão e exercícios de fixação, é, em sua maioria, extremamente limitado e condicionado a respostas que não exijam nem do aluno, e nem do professor debates ou atividades de pesquisa. Ou seja, o aluno reproduz em suas respostas o mesmo texto escrito pelo autor do livro, e o professor, por sua vez, age da mesma forma, pois é assim que está mostrado no livro a ele direcionado.

Se concentrarmos nosso debate nos livros didáticos, seria possível elencar uma longa lista de problemas que inferem diretamente na relação do aprendizado, entretanto, discutiremos aqueles que consideramos mais imediato. E, neste caso, daremos foco ao nosso tema em questão: as populações pré-históricas e os povos indígenas do Brasil.

Dentre os problemas relacionados ao livro didático está a questão do capital. Ou seja, essa ferramenta de ensino se transformou numa arena de disputa entre grupos editoriais, dispostas a vender as suas marcas para escolas e/ou grupos de ensino, em detrimento da qualidade das informações de seus materiais e do próprio conhecimento histórico nele presente. E nessa corrida editorial, não há exigências para que os autores tenham, de fato, formação acadêmica na área em que estão produzindo suas obras. Apenas para fins de dados e exemplificação, dos 16 livros analisados por este grupo de estudo, em apenas dois, seus autores possuíam formação na área de História.

Provavelmente, isto justifique que boa parte dos saberes trazido pelos livros didáticos são abordados à luz de uma historiografia linear e eurocêntrica, com pouco espaço para a reflexão em torno das possíveis interpretações históricas. Tal prática, aliada com a formação dos profissionais docentes em História, tendem, em um primeiro momento, a reproduzir e reafirmar esse discurso e essas impressões. Sobre este ponto, o discurso, ou mesmo a falta dele, no que tange as populações indígenas do Brasil, parece ter uma reflexão historiográfica produzida e cristalizada ainda no século XIX, quando as obras escritas por Von Martius (1845) e Varnhagen (1854) mostraram os indígenas como elementos indiferentes na construção e formação da história e da cultura desse país, visto que “De tais povos na infância não há história: há só etnografia” (VARNHAGEN, 1953, p. 31, tomo1).

Dos livros datados da década de 1980 até os dias atuais, constatamos a permanência em torno de um discurso histórico mediante uma visão europeia e linear. No entanto, nos últimos anos, foi constatada uma considerável mudança no conteúdo de alguns livros, com temas mais abrangentes e diversos, como também com propostas de ensino fundamentadas em outras estratégias pedagógicas, tais como a imagem, a literatura, a música e os filmes. Essas mudanças podem estar relacionadas com a necessidade de inserção de novas pesquisas, especialmente nas áreas da arqueologia e da antropologia, que têm seus resultados divulgados na mídia, e concorrido com a ilimitada produção de informações disponível na internet.

Assim, a pré-história e a história dos povos indígenas, a partir dos livros didáticos, aos poucos, vai sendo pensada à luz de outras interpretações. No entanto, os ganhos que foram obtidos a partir da Lei 11.645 ainda são ínfimos diante da necessidade de quebrar estereótipos e visões romanceadas em torno desses dois temas. Assim, há ainda mais um fator crucial para o entendimento do “lugar” dessa pré-história e dessa história indigenista nos livros didáticos: a forma de ensinar história.

Ciente do exposto, não é por acaso que essa discussão em torno desse “lugar” nos livros didáticos não dispense os profissionais de ensino. Assim, é preciso, e necessário, o questionamento, problematização do conteúdo deste material didático somado com a participação dialógica dos docentes com os seus alunos em torno do saber que está presente em suas mãos. Assim, essa é uma forma de iniciar o próprio debate em torno do “lugar” dessa pré-história e da história dos povos indígenas para, em consequência, a fragmentação de olhares e visões sobre o tema, a formulação de respostas para as indagações presentes no tema juntamente com a reavaliação de propostas curriculares de ensino serem, finalmente, dirimidas.

QUESTÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE

Em busca de entender os problemas presentes no ensino básico sobre o tema em questão, foram realizados levantamentos de dados em torno de alguns currículos de ensino, procurando obter deles as indagações acerca da continuidade entre a pré-história e história dos povos indígenas. Aqui, analisamos os Parâmetros Curriculares Nacionais, os referenciais curriculares de ensino do Estado da Paraíba, atentando, evidentemente, para os conteúdos de História, observando a obrigatoriedade e/ou oferta da disciplina de pré-história e história do Brasil colônia. As respostas para as nossas questões se mostraram das mais variadas formas, dentre elas, o livro didático, o currículo escolar e acadêmico, e as resultantes estruturais em torno da metodologia do ensino de História.

Além dos problemas presentes no livro didático, como já discutido anteriormente, vimos que a formação profissional através de um currículo eurocêntrico, o mitigado espaço que a discussão e reflexão em torno da licenciatura têm dentro do âmbito acadêmico, as deficiências físicas e técnicas de muitas escolas no cenário educacional, quiçá, até, as condições trabalhistas de muitos profissionais docentes, acabam conduzindo os professores ao livro didático como, na maior parte dos casos, a reprodução quase que literal de suas propostas e conteúdos, em detrimento do rendimento dos alunos na disciplina e na aquisição do conhecimento histórico. Essa

situação não poderia ser diferente no que se refere ao conteúdo que é transmitido acerca da pré-história e da história indígena, tendo como esteio o livro didático: a falta de diálogo, questionamento, debates e discussões impedem a superação do conteúdo que está posto nessa ferramenta didático-pedagógica.

Em primeiro lugar, o currículo escolar deve ser sempre visto como incompleto. Nossos referenciais curriculares erram em sobrepor os alunos e as escolas IDEAIS em detrimento dos alunos e das escolas REAIS. Em outras palavras, o que se verifica na realidade é totalmente o inverso do que é discutido nos projetos de ações educacionais, daquilo que se é posto na prática. Assim, apesar de todos os avanços que foram feitos em torno da educação, as discussões sobre mudanças no sistema de ensino, e mais especificamente sobre a estrutura curricular vigente nas escolas e nos cursos de licenciatura, ainda parecem distantes de se tornarem realidade. Diante dessa situação, como fica o ensino de pré-história e dos povos indígenas? Em geral, o primeiro é simplificado em “homem das cavernas” e o segundo é trabalhado como uma data comemorativa nas escolas públicas (e isso quando ainda é trabalhado).

Assim, um currículo escolar que há menos de seis anos instituiu o ensino obrigatório da história indígena nos conteúdos escolares, não pode mais protelar o trabalho esmerado em torno de um e outro evento histórico. É preciso ir da prática à ação. Diante disso, é necessária uma reavaliação do currículo e sua efetivação nas escolas atentando para a realidade de cada local de ensino, com base, evidentemente, nos parâmetros nacionais.

Avaliando os temas em pauta, esses conteúdos - pré-história e história indígena - são pouco, ou quase nunca visto nos currículos de formação docente, isto significa que, o estudante de licenciatura se forma, vai para sala de aula, e deve ministrar um assunto da qual desconhece completamente. Obviamente, o então professor encontra no livro didático a sua tábua de salvação, e, conseqüentemente, o ensino promovido não passará de uma mera repetição de generalizações.

Nossos referenciais curriculares para o ensino superior ainda são, marcadamente, eurocêntricos. Em pesquisa realizada no site do E-MEC, em 494 instituições de ensino superior que oferecem o curso de história, sendo 348 licenciaturas e 146 bacharelados, apenas 67 delas oferecem a disciplina de pré-história em suas grades curriculares. Com efeito, apesar de todas as instituições ofertarem a disciplina de História do Brasil Colônia, são poucas as que possuem uma disciplina específica em torno da história indigenista, salvo as IES da região norte.

Diante do exposto, podemos traçar, de forma panorâmica, o perfil dos profissionais docentes da área de história: professores de formação teórica ainda presa a uma historiografia tradicional, com pouco espaço para reflexão em torno do *métier* na sala de aula. A conseqüência disso verifica-se na quase literal repetição, na prática docente, do que aprenderam na graduação de seus cursos: uma história cronológico-linear e eurocentrista.

Em função disso, é de extrema importância uma reavaliação dos próprios currículos universitários de ensino, procurando fomentar o debate e reflexão em torno da prática docente na graduação e, principalmente, repensar os currículos universitários a partir de eixos temáticos, uma vez que os referenciais, pensados a partir dessa

perspectiva, trazem à luz eventos históricos que não possuem a mesma atenção que outros. Assim, essa seria uma forma de respeitar a diversidade histórica e cultural dos acontecimentos históricos e, nesse sentido, a própria pré-história e a história dos povos indígenas, minimizando, assim, os riscos que os professores têm em se tornar “reféns” dos livros didáticos no processo de ensino e aprendizagem.

Se esse é o quadro da pré-história e da história indígena no currículo acadêmico, o currículo escolar em nada difere. Com base na leitura do Parâmetro Curricular da Paraíba (2010) percebe-se a dualidade dessa prática pedagógica quando o assunto em questão é a diversidade étnico-racial. Levar esse assunto para a sala de aula necessita de uma fundamentação historiográfica, muitas vezes já deficiente na formação acadêmica. O ensino dos povos indígenas é discutido, organizado em quadro nos eixos temáticos, mas na prática apresentam empecilhos que em detrimento à Lei 11.645/08 não sustenta sua aplicabilidade. Pela proposta do PCPB, o mais adequado seria adaptar esse tema em um projeto que se encaixe na grade curricular da escola, mas fica nas entrelinhas as possibilidades de execução desse ensino, tendo em vista que, a comunidade escolar em alguns casos não dispõe de um quadro de docentes com atribuições para elaborar e executar esse projeto. Vale salientar que hoje, os estudos e resultados sobre as modificações dos PCNs ficaram no campo das ideias, tornado engessado o ensino de um ponto de vista geral, mesmo reconhecendo como foram importantes as mudanças provocadas no ensino graças a inserção do PCNs na educação.

A importância desse ensino está fundamentalmente ligada à construção da nossa identidade cultural, e mantê-lo distanciado do alunado, distancia-o também de conhecer sua história, que a partir dessa aproximação poderá desenvolver novas significações sobre seu passado e memória. A proposta dos PCNs deixa uma lacuna quanto a real intencionalidade do ensino das diversidades e suas especificidades, margeado por inúmeros empecilhos que se agrupam em um sistema de ensino que, postos de forma tendenciosa ou sistemática, pouco tem contribuído para a articulação crítica desse alunado ao que é posto durante sua vida escolar. Trazer para a discussão os temas que abordam de forma contextualizada a importância de se entender as modificações e permanências culturais dos povos ditos pré-históricos até as populações indígenas, é ir além de uma postura responsável quanto ao cumprimento da lei, é contribuir para construção de novos paradigmas no sistema de ensino no Brasil.

É importante salientar que esse ensino deve ser margeado por um debate das significações e sentidos atribuídos ao que acostumamos chamar “marginalmente” de índio, a exposição do tema deve ser feito de modo a alcançar seu objetivo, inserir povos indígenas não apenas nos livros didáticos, mas reconhecê-los como parte da nossa história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ciente do exposto, apesar da permanência de muitas dificuldades em torno da questão do ensino de História, verificamos que há uma mitigada mudança em torno da visão que é dada a pré-história e da história dos povos indígenas nos livros didáticos.

Com efeito, há três epítetos que definem bem a gênese do problema como também a própria solução: os referenciais curriculares de ensino básico e superior, os livros didáticos e as suas resultantes estruturais, bem como a própria metodologia de ensino que é aplicada em torno dessas ferramentas no processo didático-pedagógico.

Sobre o primeiro, é de extrema importância uma maior atenção e reflexão em torno do currículo de ensino, tanto o básico como o acadêmico. É preciso uma reavaliação em torno dos referenciais de ensino básico para conceituar os alunos e as escolas que estão postas em seus artigos, parágrafos e incisos. Temos que pensar o “lugar” da pré-história e da história indígena a partir de alunos e escolas REAIS, e não de alunos e escolas ideais.

O mesmo pode-se dizer do currículo universitário, acrescentando o fato de que é preciso uma maior atenção em torno dos cursos de licenciatura, assim como uma reflexão sobre uma proposta curricular pautada em eixos temáticos, procurando minimizar um conhecimento histórico que tenha sempre como referência uma periodização europeia.

Em segundo, deve ser dada atenção para as vicissitudes que há em torno do livro didático. Mesmo com um pequeno avanço nos livros didáticos de história mais recentes, a visão em torno dos povos indígenas e pré-históricos ainda é consideravelmente romantizada e unilateral.

Nesse sentido, chegando ao nosso último ponto, é preciso redefinir e ousar na metodologia que é aplicada aos livros didáticos de história. É tencionando o conhecimento histórico que essa ferramenta de ensino carrega, e é no convite ao diálogo com o aluno que poderemos ampliar e (re)conceituar o “lugar” da pré-história e o da história dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

BERUTTI, Flávio. *Ensinar e aprender história*. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, 1997.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/BB 14/1999. *Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas*. Brasília, 1999. <www.mec.gov.br/cne>. Acesso em 12/08/2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência da Educação Infantil e Ensino Fundamental. *Referências Curriculares do Ensino Fundamental: Ciências Humanas, Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural*. João Pessoa: SEC/Grafset, 2010.

MANN, Charles C. *1491: novas revelações sobre as Américas antes de Colombo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MARTIUS, Carl F. von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. N. 24, janeiro de 1845

MEC/INEP. <http://emec.mec.gov.br/>

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. da F.Rosa 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VARNAHGEN, Francisco de Adolfo. *História geral do Brasil*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.